**O papel da enfermagem na imunização: considerações para melhorias na Atenção Primária à Saúde**

socepis1@gmail.com Sociedade Cearense de Pesquisa e Inovações em Saúde

**Kayron Rodrigo Ferreira Cunha 1 , Maria Samara da Silva 2 , Ana Caroliny de Barros Soares Lima 3 , Ananda Carolina Barbosa da Silva 4**

1 Enfermeiro. Pós-graduando em Saúde da Família, Saúde Pública e Docência do Ensino Superior pelo Instituto de Ensino Superior Múltiplo.

(ikayron.kr@gmail.com)

2 Fisioterapeuta pala Faculdade Estácio de Teresina, graduanda em saúde da mulher pela Aprimore.

3 Enfermeira, pós-graduanda do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família/Atenção Básica pela Universidade Federal do Piauí – UFPI.

4 Enfermeira pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI

**Resumo:** Nessas três décadas o Programa Nacional de Imunizações tem alcançado significativos avanços em termos de coberturas vacinais, descentralização das ações, parceria e participação dos gestores municipais, levando os municípios brasileiros a alcançarem cada vez melhor as metas de vacinação. Este estudo traz como objetivo discutir as evidências científicas relacionadas ao papel da enfermagem na imunização na Atenção Primária à Saúde por meio de revisão narrativa, realizada entre Abril e Junho de 2020 na Base de Dados de Enfermagem, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde e *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online*. Os descritores utilizados foram: ‘’Enfermagem’’, ‘’Imunização’’ e ‘’Atenção Primária à Saúde’’. 11 produções compuseram a amostra.É relevante ressaltar que o enfermeiro exerce papel essencial no ambiente da imunização, assim é de sua competência a administração, qualificação dos demais profissionais entre outras funções.Faz-se necessário a busca por capacitação constante dos profissionais que atuam na sala de vacina**,** assim como uma boa gestão e acompanhamento dos profissionais nas atualizações tecnológicas e dos novos calendários vacinais, de modo a uma atuação eficaz na Atenção Primária.

**Palavras-chave/Descritores:** Enfermagem. Imunização. Atenção Primária à Saúde.

**Área Temática:** Temas livres.

1. **INTRODUÇÃO**

Em 1973 foi instituído o Programa Nacional de Imunização (PNI), apresentando-se como plano da Organização Mundial de Saúde para ampliar as ações de imunização no Brasil. Somente em 1975, o PNI teve suas competências regulamentadas. O objetivo central do programa pode ser resumido na necessidade da acessibilidade aos imunobiológicos de todas as crianças, meta estabelecida na Assembleia Mundial da Saúde. Assim, o Ministério da Saúde por sua vez ficou responsável pela coordenação do projeto, o mesmo propõe políticas e estratégias que viabilizam altas coberturas vacinais em todo o território nacional além de normatizar, implantar, supervisionar e avaliar o programa. (VASCONCELOS, 2012).

Nessas três décadas o PNI tem alcançado significativos avanços em termos de coberturas vacinais, descentralização das ações, parceria e participação dos gestores municipais, levando os municípios brasileiros a alcançarem cada vez mais as metas de vacinação. Nesse contexto, está ocorrendo um declínio acelerado das doenças previníveis pelos imunobiológicos, bem como das mortes ocasionadas por essas (BRASIL, 2003).

As normas definidas para o desempenho da Rede de Frio são elaboradas com a participação dos coordenadores estaduais e outras instituições afins, assegurando-se, assim, confiabilidade e qualidade dos imunobiológicos que fazem parte do PNI em todo país, garantindo acesso da população de forma universal, equânime e igualitária (BRASIL, 2007).

Na sala de vacinação as atividades devem ser desenvolvidas por uma equipe de enfermagem treinada para o manuseio, conservação e administração dos imunobiológicos. Essa equipe deve ser composta, preferencialmente, por um ou dois técnicos/auxiliares de enfermagem, contando com a participação de um enfermeiro, responsável pela supervisão e treinamento em serviço. Para tal supervisão é exigido ao enfermeiro a Responsabilidade Técnica (RT) pelo serviço, o que está estabelecido na Resolução Nº 302 de 2005 do Conselho Federal de Enfermagem (BRASIL, 2007; BRASIL, 2001).

A equipe de saúde que atua na sala de vacinação deve ser composta por enfermeira, técnicos de enfermagem, auxiliar de serviços gerais e agentes comunitários de saúde, que devem realizar ações que vão desde a organização e limpeza da sala, previsão e provisão de insumos, até a administração dos imunobiológicos, orientação da população, treinamento/capacitação da equipe e supervisão dos profissionais, sendo esta uma função específica da enfermagem (BRASIL, 2014).

Logo, este estudo traz como objetivo discutir as evidências científicas relacionadas ao papel da enfermagem na imunização na Atenção Primária à Saúde.

1. **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo bibliográfico qualitativo do tipo revisão narrativa. Esse método permite uma análise ampla e sistemática da literatura e aprofundamento em relação a um tema, divulgando dados científicos produzidos por outros autores. Exige rigor metodológico, clareza, possibilidade de reprodução e deve ser elaborada cumprindo etapas cientificamente recomendadas (TOLEDO; RODRIGUES, 2017).

A busca na literatura ocorreu entre Abril e Junho de 2020 na Base de Dados de Enfermagem (BDENF), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE). Utilizou-se os descritores, indexados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), no e *Medical Subject Headings* (MeSH): ‘’Enfermagem’’, ‘’Imunização’’ e ‘’Atenção Primária à Saúde’’.

Adotou-se como critérios de elegibilidade: artigos primários, com texto disponível na íntegra, cujo tema estivesse interligado ao objetivo e respondesse a questão de pesquisa. Excluiu-se publicações duplicadas, revisões, dissertações, teses e artigos de opinião e artigos com período inferior à 2015.

A aplicação dos descritores de forma combinada, por meio do operador boleano ‘’*AND’’,* resultou em 146 publicações, aplicando os critérios de elegibilidade, leitura dos títulos e resumos, 32 foram selecionadas para leitura na íntegra. Em seguida, 21 artigos foram excluídos conforme os critérios previamente estabelecidos. Os 11 restantes compuseram amostra dessa revisão: sete na LILACS e quatro na BDENF.

Para coleta de dados a serem analisados 11 dessas produções, utilizou-se instrumento elaborado pelos autores, contendo título, ano e país de publicação, abordagem metodológica, nível de evidência e principais resultados alcançados. Destaca-se que o nível de evidência foi classificado conforme orientações do *Oxford Centre for Evidence-based Medicine* (DURIEUX; VANDENPUT; PASLEAU, 2013).

1. **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Dos 11 artigos selecionados, verificou-se que a temática em questão é de recente abordagem na literatura, compreendendo o período de 2015 a 2020, com destaque para o ano de 2019, correspondendo a 45,4% (n=5) das produções. Nove (81,8%) foram encontrados em periódicos nacionais. Em relação ao tipo de estudo, predominou os estudos do tipo transversal, com oito artigos (72,7%), classificados como nível de evidência 2. Para melhor apresentação e discussão dos resultados, duas categorias temáticas foram criadas.

**Atuação da equipe de enfermagem na sala de vacina**

O enfermeiro é o responsável direto pela equipe de enfermagem e precisa inserir, em seu cotidiano, a supervisão da sala de vacina de forma planejada, ascendente, ser capaz de ampliar o entendimento de que a supervisão é uma ação importante no processo educativo, identificando as demandas de capacitação dos trabalhadores, a fim de desenvolver o seu potencial e melhorar a qualificação da equipe (OLIVEIRA et al., 2015).

Ressalta-se que a enfermagem tem papel fundamental no PNI, porque é dela a responsabilidade de treinar e capacitar os técnicos de enfermagem para o desempenho das atividades de vacinação e de realizar a supervisão desse pessoal, além das ações ligadas ao planejamento e gerenciamento do processo de imunização, como estratégias de busca aos faltosos, organização de campanhas de vacinação, análise de coberturas vacinais, vigilância epidemiológica das doenças imunopreviníveis, entre outros (CERQUEIRA et al., 2016).

A autonomia do enfermeiro é uma conquista que precisa ser estimulada e valorizada em seu processo de trabalho. Assim, ao prescrever os medicamentos, como ocorre em países que adotam a enfermagem de prática avançada, ele deve seguir os protocolos institucionais, e quando está cuidando da imunização, deve se apropriar das ações assistenciais e educativas, a fim de proporcionar confiança e segurança aos usuários, o que reflete na valorização do seu trabalho (VIEIRA et al., 2018).

Dentre os papeis da enfermagem destaca-se a visita e vacinação domiciliar nos programas da Atenção Básica. A realização da visita domiciliar precocemente é uma estratégia para fornecer intervenções sobre os cuidados básicos com pacientes impossibilitados de se deslocarem as Unidades Básicas de Saúde, tendo como principal a vacinação do Recém-nascido e pacientes crônicos acamados e portadores de transtornos mentais. Assim, promover a saúde desses, produz impactos positivos na qualidade de vida e na mortalidade dessa população (LUCENAA et al., 2017).

Observa-se, na prática, porém, que o enfermeiro enfrenta dificuldades para atender aos objetivos propostos pelo PNI na APS. Precisa-se, para a superação destas dificuldades, que o enfermeiro esteja à frente da sala de vacina, fazendo uso de suas competências e habilidades enquanto gestor da unidade para empoderar a equipe de conhecimento e atualizações sobre a imunização. Acentua-se que a sobrecarga de trabalho do enfermeiro aumentou ao longo desses anos, com destaque para a parte de gerenciamento administrativo, fazendo com que o mesmo tivesse uma gama de demandas para realizar dentro da unidade comprometendo, assim, sua atuação junto ao técnico de Enfermagem na sala de vacina (ARAUJO et al., 2019).

Os enfermeiros precisam buscar a identificação dos problemas de saúde mais comuns e as situações de risco às quais a população está exposta, elaborando um plano local para o enfretamento conjunto destes agravos, envolvendo a promoção de ações intersetoriais e parcerias em organizações formais da própria comunidade. Estas reuniões são fundamentais para o planejamento das ações na área de abrangência. Embora se perceba essa importância os estudos demonstram que elas não estão sendo exploradas em todo o seu potencial devido divergências das formas de discussão, dos participantes envolvidos e na periodicidade (CARVALHO et al., 2018).

Torna-se importante, nesse sentido, mencionar a necessidade da realização da educação permanente para formação dos profissionais responsáveis pelas imunizações e assegurar a qualidade da imunização ofertada à população. Considera-se necessária a implantação, de forma sistemática, de atividades de supervisão, monitoramento e avaliação das salas de vacinas, uma vez que são poucas as produções brasileiras com essa temática (DUTRA et al., 2019).

**Conhecimento dos profissionais de enfermagem sobre a sala de vacina.**

Em um estudo identificou-se que 5 (27,7%) de 18 salas de vacinas observadas, a maioria dos profissionais realizava a aplicação de maneira incorreta. Em estudo realizado em duas salas de vacinas de dois municípios de pequeno porte do estado de São Paulo, observou-se que nenhum dos 48 usuários receberam orientação do profissional sobre o retorno para completude do esquema vacinal, bem como para o alcance da meta de cobertura vacinal. (NORA et al., 2018).

Destaca-se o elevado número de trabalhadores que nunca realizaram capacitação sobre vacina, corroborando com estudo realizado em Teresina, Piauí, Brasil. Há necessidade de maior atenção a esse aspecto, visto que capacitar os profissionais para resolver problemas do setor e gerenciar a Rede (GALVÃO et al., 2019).

Considerando a possibilidade de prevenção de falhas na administração de imunobiológicos, os profissionais reconheceram a importância da utilização dos certos da vacinação (pessoa certa, vacina certa, idade certa para vacinação, dose certa, intervalo entre as doses certo, volume certo, via certa, local certo, registro certo, aprazamento certo) que auxiliam na prevenção dos erros e melhoram a segurança e qualidade prestada aos pacientes (OLIVEIRA et al., 2019).

É notório que a temática em questão sugere a atualização de conhecimentos e aquisição de novas informações, remetendo ao processo de educação continuada. Para isso, é importante salientar que a gestão e o enfermeiro responsável pela sala de vacinação devem oferecer suporte e apoio nesses processos de capacitação contínua dos vacinadores. O que se percebe, porém, é que os treinamentos não acontecem na mesma proporção das mudanças ocorridas no calendário nacional. Dessa forma, se faz necessário que a gestão conheça as principais barreiras enfrentadas no cotidiano pelos profissionais na sala de vacinação para refletir estratégias de aperfeiçoamento e transformações das práticas para que ocorram melhorias no processo de trabalho em sala de vacina (ARAÇÃO et al., 2019).

1. **CONCLUSÃO**

A vacinação é ação estratégica e integrada dos serviços de saúde, disponível na Atenção Básica ou nos serviços de saúde suplementar. Agregada às ações de prevenção e de proteção, a vacina potencializa as medidas de bloqueio de doenças imunopreveníveis. Os avanços da tecnologia em imunobiológicos e saúde nas últimas décadas constituem-se como estratégia de melhor relação custo e efetividade no setor saúde. Assim é necessária uma atuação mais efetiva do enfermeiro na supervisão diária da sala de vacina, uma vez que o manejo dos imunobiológicos é uma ação complexa. É preciso também considerar que no cotidiano assistencial do enfermeiro, as atividades ligadas aos cuidados de processos de doenças já instalados.

1. **REFERÊNCIAS**

ARAÇÃO, R. F. et al. Percepções e conhecimento da equipe de enfermagem sobre o processo de imunização. **Rev Bras Promoç Saúde**. v. 32, 8809, 2019.

ARAUJO, B, G,S. et al. Práticas assistidas sobre imunização na atenção primária assisted practices on immunization in primary care prácticas asistidas de inmunización en atención primaria. **Rev enferm UFPE on line.** v. 13, e241656, 2019.

BRASIL. Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Saúde. **Programa de Imunizações e a Sala de Vacina**. [Internet]. 2000 [citado] 12-nov, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Fundação Nacional de Saúde. **Capacitação de Pessoal em Sala de Vacinação:** Manual do Treinando. Brasília: Ministério da Saúde; 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. **Programa Nacional de Imunizações 30 anos**. 1ª ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Vigilância dos eventos adversos pós-vacinação**: cartilha para trabalhadores da sala de vacinação. 1ª ed. Brasí- lia: Ministério da Saúde; 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. **Manual de Rede de Frio.** Secretaria de Vigilância em Saúde. 4ª ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de normas e procedimentos para vacinação**. Brasília; 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde,Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CARVALHO, L. K. C. A. A. et al. Capacitação de Enfermeiros na Estratégia Saúde da Família: análise do processo de educação permanente para o Sistema Único de Saúde. **Revista Nursing,** v. 21, n. 247, p. 2506-2512, 2018.

CERQUEIRA, I. T. A. et al. Atuação da enfermeira na sala de vacinação em unidades de saúde da família. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 40, n. 2, p. 442-456, 2016.

CERQUEIRA, I. T. de A.; BARBOSA, J. F. R. S. Atuação da enfermeira na sala de vacinação em unidades de saúde da família. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 40, n. 2, p. 442-456, 2016.

DUTRA, F. C. S. et al. Falhas na administração de imunobiológicos: análise de causa raiz. **Rev enferm UFPE on line.** v. 13, e239254, 2019.

GALVÃO, M. F. P. S. et al. Avaliação das salas de vacinação de unidades de Atenção Primária à Saúde. **Rev Rene.** v. 20, e39648, 2019.

LUCENAA, D, B, A. et al. Primeira semana saúde integral do recém-nascido: ações de enfermeiros da Estratégia Saúde da Família. **Rev Gaúcha Enferm**. v. 39, e2017-0068, 2019.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto – enferm**. v. 17, n. 4, p. 758-64, 2008.

NORA, T. T. D. et al. Registro de dados sobre o uso de imunobiológicos e insumos nas salas de vacinas. **Cogitare Enferm.** v. 23, n. 4: e56274, 2018.

OLIVEIRA, V. C. et al. Perception of nursing professionals on patient safety in the vaccination room. **VacinaçãoRev** **Cuid** v. 10, n. 1, e590, 2019.

OLIVEIRA, V. C. et al. Weaknesses of vaccine storage in Primary Healthcare Centers. **Rev Bras Enferm.** v. 68, n. 2, p.291-6, 2015.

OLIVEIRA, Valéria Conceição de et al . Conservação de vacina em unidades públicas de saúde: uma revisão integrativa.**Rev. Enf. Ref.**, n. 9, p. 45-54, 2013.

OLIVEIRA, Valéria Conceição de et al . Fragilidades da conservação de vacina nas Unidades de Atenção Primária à Saúde. **Rev. Bras. Enferm.** v. 68, n. 2, p. 291-296, 2015.

OLIVEIRA, Valéria Conceição de et al . Supervisão de enfermagem em sala de vacina: a percepção do enfermeiro. **Texto contexto - enferm,**v. 22, n. 4, p. 1015-1021, 2013.

TOLEDO, J. A.; RODRIGUES, M. S. Teoria da mente em adultos: uma revisão narrativa da literatura. Bol. - **Acad. Paul. Psicol.,** v. 37, n. 92, p. 139-156, 2017.

VASCONCELOS, K. C. E. et al. Avaliação normativa das salas de vacinas na rede pública de saúde do Município de Marília, Estado de São Paulo, Brasil, 2008-2009. **Epidemiol. Serv. Saúde,  Brasília** ,  v. 21, n. 1, p. 167-176, 2012.

VIEIRA, D. S. et al. A prática do enfermeiro na consulta de puericultura na estratégia saúde da família. **Texto Contexto Enferm**, v. 27, n. 4, e4890017, 2018.